



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

4586

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Diversos

Autoria: Antônio Soares da Silva

Data: 25/03/1997

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 22/97. Dispõe sobre a atividade de comércio ambulante e de camelôs no município de Montes Claros. (Referente à Lei nº 2.476, de 05/05/1997).

Controle Interno – Caixa: 9.1

Posição: 23

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Diversos
Cl: 9.1
Ordem: 23
nº fls: 02



Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM Nº _____ DATA ____/____/____	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
	ASSESSOR:
	PROJETO:
	NÚMERO:

PROJETO DE LEI Nº

22/97

AUTOR: Antônio Soares da Silva

ASSUNTO:

Dispõe sobre o comércio ambulante e de camelôs

MOVIMENTO

1 Recebido em 25.03.97

2 À Com. de Leg. e Justiça

3 VISTAS AO V. J. GENALDO OLIVEIRA - 08.04.97

4 Aprovado em 1ª o, 19/04/97 - 15.04.97

5 Aprovado em 2ª o, com emenda - 17.04.97

6 Aprovado em 3ª o, com emenda - 22.04.97

7 D. sancionada - 22.04.97.

8 Registre-se -

9

10

Caixa



Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

PROJETO DE LEI Nº _____

Dispõe sobre o comércio ambulante e de camelô .

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei :

Artigo 1º - Considera-se comércio ambulante e de camelô a atividade de venda de mercadorias a varejo, realizada nas vias e logradouros públicos, por profissionais autônomos, mediante " permissão de uso " e em locais previamente determinados.

Parágrafo único - A permissão para exploração da atividade do comércio ambulante e de camelô será concedida a um único membro da mesma família, considerado como tal, para os efeitos desta Lei, pai, mãe e filhos.

Artigo 2º - Compete à Secretaria de Indústria e Comércio, juntamente com a Secretaria de Serviços Urbanos deste Município, propor ao Chefe do Executivo as normas regulamentadoras da atividade de que trata esta Lei, estabelecendo, dentre outras, critérios e condições para seu funcionamento, bem assim definindo os locais para o seu exercício, ouvida previamente a Associação de Ambulantes e Camelôs de Montes Claros, cuja entidade será igualmente consultada com antecedência, nos casos em que se pretender alteração e/ou remanejamento de locais já anteriormente definidos .

Artigo 3º - Constitui condição, dentre outras que vierem a ser estabelecidas por Lei, para o exercício da atividade de ambulante ou de camelô, que o interessado seja filiado à associação representativa da categoria em Montes Claros.

Artigo 4º - O Chefe do Executivo encaminhará à apreciação da Câmara Municipal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente Lei, uma proposição de lei contendo as normas regulamentadoras e disciplinadoras do comércio ambulante e de camelô neste Município.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 20 de março de 1997

Vereador Antônio Soares da Silva

 **Toninho Guerreiro**
VEREADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE Legislação

EM 15 DE março DE 1997

[Assinatura]
PRESIDENTE

Projeto legal / constitucional.

A. Silveira
Helder Vais
[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR

SALVO EMERGENCIA

EM 15 DE abril DE 1997

[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR

COM EMERGENCIA

EM 17 DE abril DE 1997

[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR

COM EMERGENCIA

EM 22 DE abril DE 1997

[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

À SANCÃO

EM 22 DE abril DE 1997

[Assinatura]
PRESIDENTE



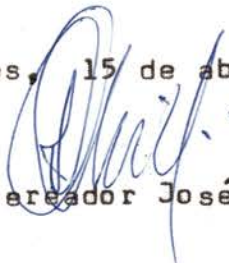
Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

EMENDA AO PROJETO-LEI QUE DISPÕE SOBRE O COMÉRCIO AMBULANTE
E DE CAMELÔ.

EMENDA - que se dê ao Parágrafo único, do Artigo 1º, o seguinte teor :

" Parágrafo único - A permissão para exploração da atividade do comércio ambulante e de camelô será concedida a um único membro da mesma família, considerados como tal, para os efeitos desta Lei, pai, mãe e filhos solteiros. "

Sala das sessões, 15 de abril de 1997


Vereador José Geraldo Oliveira

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE *Rein. Acou.*

EM 12 DE *abril* DE 1977

Leis
PRESIDENTE

Paguer fardaciel.

A. Silva

Paguer fardaciel.